CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Tarcísio convenceu Salles a desistir da disputa pelo Senado

Tarcísio confirma Ricardo Salles na Secretaria da Justiça a partir de 2027

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou nesta quarta-feira (11) que o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) assumirá a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania em janeiro de 2027, no início do segundo mandato. Ex-ministro do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro, Salles substituirá Arthur Lima. A pasta é responsável por órgãos como a Fundação Casa e o Procon-SP, além da articulação com o Judiciário. A escolha ocorre após Salles desistir da disputa pelo Senado nas eleições de outubro para apoiar André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP), ambos eleitos. O deputado já comandou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente durante a gestão de Geraldo Alckmin. Salles também responde a uma ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF), relacionada a suspeitas de comércio ilegal de madeira. Ele nega irregularidades.

Outros cinco secretários foram confirmados

Além de Salles, Tarcísio também anunciou nesta quarta-feira (11) Marcos Guerson, atual superintendente do Ipem-SP, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, substituindo Jorge Lima. Anderson Ribeiro Correia, presidente do IPT, assumirá Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o segundo mandato, a partir de janeiro de 2027, o governador confirmou ainda a permanência de Nerylson Lima na Casa Civil, Geraldo Melo Filho na Agricultura e Abastecimento e Marília Marton na Cultura, Economia e Indústria Criativas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Marcos Guerson, Anderson Ribeiro, Nerylson, Geraldo Mello e Marília

Russomanno propõe limitar juros e multas

O deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP) apresentou na quarta-feira (11) parecer favorável a dois projetos que limitam juros e multas por atraso em operações de crédito. O texto, em análise na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, proíbe multas por inadimplência para pessoas físicas, limita encargos e obriga instituições financeiras a oferecer renegociação de dívidas, com prazo de pagamento de até o dobro do original. As medidas valeriam apenas para contratos firmados após a vigência da lei.

Exploração de publicidade no Metro

O Metrô de São Paulo prorrogou até 26 de abril de 2027 o contrato com a Ralmídia Ltda., responsável pela exploração comercial de espaços em estações. O nono aditivo, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (11), também altera a remuneração mensal e acrescenta R$ 78.503,70 ao valor contratual, na data-base de fevereiro de 2017. O extrato não informa o valor total atualizado do contrato.

Agenda de Tarcísio

O governador Tarcísio de Freitas cumpre agenda nesta quinta-feira (12) em três cidades paulistas. Às 10h, participa do lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas. Às 14h30, entrega moradias do Programa Vida Longa e inaugura melhorias viárias em Mogi Guaçu. Às 18h, encerra o AMPPESP Fomenta, em Águas de São Pedro.

Empréstimos de R$ 3,16 bi

O Ministério da Fazenda autorizou garantias da União para empréstimos de R$ 3,16 bilhões ao governo paulista. Do total, R$ 2,22 bilhões serão destinados à expansão da Linha 4-Amarela do Metrô e R$ 942,2 milhões a obras no Rodoanel. Os financiamentos serão contratados com o Banco do Brasil e ainda dependem de formalização.

Proteção às Farmácias

Projeto de lei do deputado estadual Dr. Eduardo Nóbrega (MDB) cria a política estadual Farmácia Segura, para prevenir roubos, furtos e comércio ilegal de medicamentos em SP, incluindo canetas emagrecedoras. A proposta prevê levantamento de crimes, ações preventivas, orientação aos trabalhadores e cooperação entre órgãos públicos e setor farmacêutico.

Faculdade de Medicina

A Assembleia Legislativa de São Paulo abriu, na terça-feira (10), uma exposição pelos 40 anos da Fundação Faculdade de Medicina (FFM). A mostra reúne 20 painéis sobre a trajetória da entidade, que apoia a Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas. A visitação é gratuita e segue até 20 de novembro, no Espaço V Centenário da Alesp.

Recursos do Fehidro

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) prorrogou até 30/abril/2027 o prazo para liberar a primeira parcela de recursos destinados a projetos financiados pelo fundo. Os responsáveis deverão apresentar a documentação das licitações até 28/fevereiro. O descumprimento dos prazos poderá cancelar os projetos.

Emendas para Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo autorizou o repasse de R$ 12 milhões em emendas parlamentares federais para hospitais e instituições vinculadas ao SUS. Os recursos poderão financiar manutenção de serviços, compra de equipamentos e obras. A resolução publicada na quarta(11) estabelece regras de fiscalização e prestação de contas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Controladoria poderá investigar patrimônio incompatível com a renda

Governo de SP poderá investigar 'ostentação' de servidores

Resolução publicada pela Controladoria servirá para apurar enriquecimento ilícito

Por **Andre Souza**

Publicações nas redes sociais que exibam sinais de riqueza poderão servir de indício para investigar o patrimônio de servidores públicos estaduais em São Paulo. A previsão consta da Resolução CGE nº 025/2026, publicada no Diário Oficial de terça-feira (10), que regulamenta a apuração de possíveis casos de enriquecimento ilícito.

O texto cita expressamente a "ostentação em redes sociais" entre os elementos que podem embasar denúncias. Também menciona sinais exteriores de riqueza e origem duvidosa de recursos. Para que a suspeita seja examinada, a comunicação deverá apresentar elementos mínimos de incompatibilidade entre o patrimônio e os rendimentos do agente público. Uma postagem, por si só, não comprova irregularidade. A Controladoria Geral do Estado (CGE) poderá instaurar procedimentos por determinação do governador, a partir de denúncias recebidas pela Ouvidoria ou de representações encaminhadas diretamente ao órgão. A própria Controladoria também poderá agir diante de indícios identificados em suas análises.

Para verificar a evolução patrimonial, órgãos estaduais deverão viabilizar o acesso ou a transferência à CGE das declarações de Imposto de Renda dos últimos cinco anos. A medida abrange documentos apresentados na posse e atualizações anuais de servidores, empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão. Os dados deverão permanecer protegidos por sigilo fiscal e pelas regras de proteção de informações pessoais.

A apuração preliminar terá caráter sigiloso e não punitivo. O prazo inicial é de 30 dias, com possibilidade de prorrogação, em regra, até o limite de 180 dias. Se forem necessários esclarecimentos adicionais, o investigado poderá ser notificado para apresentar informações em dez dias.

Ao final, a CGE poderá arquivar o caso ou recomendar a abertura de processo administrativo disciplinar ou procedimento sancionatório. A resolução detalha a aplicação de um decreto estadual de novembro de 2025.

O Correio da Manhã procurou a Controladoria Geral do Estado na terça-feira (10) para perguntar o que motivou a regulamentação, como serão avaliadas as publicações nas redes sociais e quantas apurações patrimoniais foram realizadas em 2025 e 2026. Até o fechamento desta edição, não houve resposta. O espaço segue aberto para manifestação.